



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Marx e o Processo de Acumulação: revisando os conceitos de superpopulação relativa e absoluta			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Ricardo Pereira de Melo *	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>No capítulo XXIII do Livro Primeiro de O Capital, Marx apresenta a síntese do processo de produção de mais-valia, iniciada com a análise da mercadoria e concretizando com a lei geral da acumulação capitalista. Pressupondo ainda a concorrência que será desenvolvida apenas no Livro Terceiro de O Capital (a síntese dos múltiplos capitais), Marx demonstra como o capital industrial movimenta-se para aumentar sua composição orgânica, substituindo capital variável por capital constante. Essa é uma tendência da lei geral da acumulação capitalista, onde “a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua [...] concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”. O aumento de trabalhadores desempregados e semi-desempregados torna-se pré-condição para a expansão das contradições do capital. Como diz Marx, “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-desempregados”. O aumento da composição orgânica do capital e a transformação cada vez mais crescente da mais-valia em capital lançam os trabalhadores subitamente à mercê do capital recrutando um exército industrial de reserva prontamente livre para atender as expansões e crises do capital. Esse trabalho busca mostrar como o ciclo do capital industrial descrito por Marx no capítulo XXIII do Livro Primeiro é determinado pela liberdade de ação entre trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva. Assim, Marx lança-se a crítica da teoria da população desenvolvida por Malthus – e aceita incondicionalmente por Ricardo – sobre a “sagrada lei” da oferta e demanda de mão-de-obra da Economia Política Burguesa. Pensamos que a discussão desse importante conceito desenvolvido por Marx no século XIX ainda é fundamental para entender as repercussões da crise cíclica de acumulação capitalista e os seus reflexos sobre classe trabalhadora do século XXI.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Acumulação de Capital – Superpopulação Relativa – Pauperismo			
ABSTRACT			
KEYWORDS			

I

No capítulo XXIII do Livro Primeiro de O Capital, Marx apresenta a síntese do processo de produção de mais-valia, iniciada com a análise da mercadoria e concretizando com a lei geral da acumulação capitalista. Neste momento sintético, Marx tem como objetivo superar as abstrações contidas no Livro Primeiro, mas continuando num nível elevado de abstração da realidade capitalista.

* Professor Assistente I do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e membro do Grupo de Estudos em História do Pensamento Econômico (GEHPE)

Ainda pressupondo a concorrência, que será desenvolvida apenas no Livro Terceiro de O Capital (a síntese dos múltiplos capitais), Marx demonstra como o capital industrial movimenta-se para aumentar sua composição orgânica, substituindo capital variável por capital constante. Contudo, pensamos que o objetivo deste capítulo para Marx, não seria pensar uma teoria isolada da população em geral. Nem mesmo analisar exogenamente a introdução de novas tecnologias (progresso técnico) no processo produtivo ou mesmo pensar na simples acumulação de capital pelos empresários capitalista. Na própria abertura do capítulo XXIII, Marx deixa claro o objetivo deste capítulo é tratar “da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino (*das Geschick*) da classe trabalhadora” (MARX, 1984, p. 187; MARX, 1968, p. 640). Essa é uma tendência da lei geral da acumulação capitalista, onde “a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua [...] concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”.

Para mostrar “o destino” da classe trabalhadora no processo de acumulação do capital, Marx utiliza de duas importantes categorias: a composição orgânica do capital e as modificações que ocorrem com a composição orgânica no processo de acumulação. O aumento da composição orgânica do capital e a transformação cada vez mais crescente da mais-valia em capital lançam os trabalhadores subitamente à *mercê* do capital recrutando um exército industrial de reserva prontamente livre para atender as expansões e crises do capital.

Esse trabalho busca mostrar como o ciclo do capital industrial descrito por Marx no capítulo XXIII do Livro Primeiro é determinado pela liberdade de ação entre trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva. Assim, Marx lança-se a crítica da teoria da população desenvolvida por Malthus – e aceita incondicionalmente por Ricardo – sobre a “sagrada lei” da oferta e demanda de mão-de-obra da Economia Política Burguesa. Pensamos que a discussão desse importante conceito desenvolvido por Marx no século XIX ainda é fundamental para entender as repercussões da crise cíclica de acumulação capitalista e os seus reflexos sobre classe trabalhadora do século XXI.

II

Superando a metafísica da Economia Política Burguesa, Marx explica como a classe trabalhadora é “condição de existência do modo de produção capitalista”, possuindo uma importante funcionalidade nos ciclos periódicos de acumulação de capital. Segundo Valentei, o “problema fundamental da população da sociedade capitalista está enraizada na exploração do trabalho assalariado pelos detentores dos meios de produção” (VALENTEI, 1987, p. 16).

O aumento de trabalhadores desempregados e semi-desempregados torna-se pré-condição para a expansão das contradições do capital. Como diz Marx, “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-desempregados”.

A sociedade que Marx analisa, a sociedade burguesa de produção, é por natureza uma sociedade produtora de mercadorias, e não uma sociedade produtora de valores de uso para o consumo direto de seus produtores. O valor de uso só se realiza quando é produzido como não-valores-de-uso para seu produtor, e quando o seu consumo é mediatizado pela esfera das trocas. Essa contradição se torna possível na sociedade produtora de mercadorias pela vigência entre valor de uso e valor, sendo que o valor de troca é sua forma de manifestação imediata.

O valor de uso corresponde ao “conteúdo material da riqueza” (MARX, 1983, p. 46) independente da sociedade analisada. A investigação da sociedade analisada por Marx - “a forma de sociedade a ser por nós analisada” (MARX, 1983, p. 46) – não corresponde qualquer sociedade pairando no ar; é a sociedade produtora de valores de troca, antítese do valor de uso.

Quando Marx passa a analisar a lei geral da acumulação capitalista, ele também mostra a dualidade entre o valor de uso e o valor. A composição do capital, segundo Marx, deve ser entendida “em duplo sentido” (*in zweifachem Sinn*), ou seja, na contradição entre o valor de uso e valor. Do ponto de vista do valor, a composição do capital é a relação entre o capital constante e o capital variável ou a relação entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho. Do ponto de vista do valor de uso, a composição do capital é a relação entre a massa dos meios de produção no processo produtivo e o total de trabalhadores empregados. “Chama a primeira de composição-valor (*Wertzusammensetzung*) e a segunda de composição técnica (*technische Zusammensetzung*) do capital” (MARX, 1984, p. 187; MARX, 1968, p. 640). A correspondência entre as duas composições é o que Marx chama de composição orgânica do capital.

Marx neste momento sintético supera as abstrações contidas no Livro Primeiro, mas continuando num nível elevado de abstração da realidade capitalista. Pressupondo ainda a concorrência, Marx mostra as determinações mais profundas do “capital em geral”:

Os numerosos capitais individuais aplicados em determinado ramo de produção têm entre si composição mais ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais (*der Gesamtdurchschnitt der Durchschnittszusammensetzungen*) dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção dá-nos a composição do capital social de um país, e apenas dessa é que, em última instância, há de se falar em seguida (MARX, 1984, p. 187; MARX, 1968, p. 641).

Sabendo-se disso, o dinamismo do modo de produção capitalista se encontra na busca incessante de lucros. A preocupação principal do capitalista é aumentar seu próprio capital. O

desejo de acumular e de conquistar riquezas tornam-se a motivação principal dos capitalistas. Não se produz porque existe uma necessidade social, ou como afirmam os neoclássicos, uma necessidade psicológica a consumir e satisfazer seus desejos¹. É necessário produzir porque é necessário produzir lucro.

Segundo Souza:

[...] na medida em que o modo de produção capitalista não tem como objetivo a satisfação das necessidades de consumo das massas, mas sim valorizar cada vez mais o capital, a barreira ao livre desenvolvimento das forças produtivas é fixada pelo lucro (SOUZA, 1992, p.41).

Para Marx, a “taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro” (MARX, 1984b, p. 297). O capitalista é capitalista não porque possui o capital mas porque possui, anteriormente, a propriedade privada dos meios de produção. O trabalhador, expropriado dos meios de produção, é obrigado a vender sua única mercadoria: a força de trabalho. A força de trabalho é a única capaz de produzir a mais-valia - a parte do trabalho expropriado dos trabalhadores, o trabalho não pago.

O modo de produção capitalista caracteriza-se por uma reprodução social em escala ampliada, ou seja, através da extração de mais-valia ele a transforma em capital. Toda produção sendo capitalista tem como finalidade não só a produção, mas reproduzir continuamente o capital global, ou seja, reproduzir todas as relações sociais capitalistas. A valorização do capital implica na extração de mais-valia. “Todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação.” (MARX, 1984a, p. 210).

A acumulação de capital é o processo social de conversão do capital em mais-valia e desta em capital, de maneira crescente. A conversão do novo capital se realiza seguindo a distinção entre capital constante e capital variável. Neste dinamismo do processo de acumulação, o capital torna-se um valor que, constantemente, se auto-valoriza. A auto-valorização do capital depende do próprio capital e da existência de uma superpopulação relativa.

Com a acumulação de capital cria-se um modo específico de produção de uma sociedade. Em outras palavras, o processo de produção e reprodução capitalista produz não apenas a mercadoria e a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital/trabalho. O desejo constante de acumular riqueza leva o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho. A expansão do capital, entendido como uma relação social significa a

¹ “O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo às nossas necessidades com o mínimo de esforço - obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável - ou, em outras palavras, *maximizar o prazer*, é o problema da Economia. Mas é conveniente dirigir o mais cedo possível nossa atenção para as ações ou objetos físicos que são para nós a fonte de prazeres e sofrimentos” (JEVONS, 1983, p. 47).

expansão do modo de produção, e conseqüentemente a expansão das mercadorias, trabalhadores e consumidores.

Ao invés de torna-se mais intensiva com o crescimento do capital, torna-se mais extensiva, isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e o número de seus subordinados (MARX, 1984a, p. 190)

A expansão do capital e do modo de produção capitalista levam consigo as contradições do próprio sistema. Ao mesmo tempo em que ele cria necessidades para sua expansão, aumentando o número de trabalhadores e criando novos consumidores, o sistema cria barreiras ao próprio consumo². A dialética do desenvolvimento desigual, intrínseco a expansão do capital, mostra as contradições do sistema que se reproduz, em escala ampliada, e se reduz, em escala mínima, na acumulação de riqueza nas mãos de poucos capitalistas. Como afirma Marx “a lei geral da acumulação capitalista é a riqueza gera pobreza”.

O próprio capitalismo carrega consigo a gênese de sua crise. O desenvolvimento do modo de produção capitalista é o desenvolvimento de suas contradições. O conteúdo do fenômeno da crise é a expansão do capital. Para Sweezy:

Esta contradição entre as forças produtivas e a capacidade de consumo, entre valor auto-valorizante e valor declinante, desemboca, por sua vez, nas crises e na estagnação. O capitalismo procura ultrapassá-las não produzindo aquilo de que os trabalhadores, tem necessidade para viver decentemente (o que equivaleria a negar a sua natureza), mas criando modos de consumo irracionais e desumanos mais conformes com o espírito do capital (SWEEZY; COGOY, 1977, p. 67).

A teoria neoclássica vê o momento da crise como o instante “disfuncional”, na qual o caminho natural do sistema é puramente harmonioso e equilibrado. Todo o esforço da teoria neoclássica, através de modelos ideais, em mostrar o equilíbrio num sistema econômico, mostra a fragilidade teórica dos modelos para explicar uma sociedade econômica e social que carrega dentro de si a *tendência* ao desequilíbrio.

Esse desenvolvimento corresponde, mais precisamente, a uma unidade dialética de períodos de equilíbrio e períodos de desequilíbrios, cada um desses elementos dando origem à sua própria negação. Todas as características do capitalismo como forma econômica estão presentes nessa descrição características baseadas em sua tendência inerente a rupturas de equilíbrio. Essa mesma tendência também se encontra na origem de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 17).

A acumulação capitalista possui seus limites dentro do sistema. A explicação da crise econômica - ou como preferi a teoria dominante chamar de “ciclos clássicos” - é procurar entender as relações internas do modo de produção capitalista. *A crise é o palco onde se manifesta essas contradições.*

² O estudo da expansão do capital e o desenvolvimento das suas contradições têm revido o debate sobre a teoria das crises capitalista. Ver a análise de Ribeiro (2002), mostrando a relação dialética do modo de produção capitalista.

A crise é o momento de explicitação das contradições da economia capitalista, enquanto unidade de contradições. Os opostos procuram se apresentar sob uma forma independente, agunizando a contradição. A unidade entre esses opostos só é reafirmada através da crise; as crises resolvem, por um momento, as contradições imanentes ao modo de produção capitalista, mas não as suprimem (CARCANHOLO, 1997).

Assim a extração de mais-valia, a busca incessante de lucros e o desejo de acumular riquezas se desenvolvem a partir de unidade de contrários. A unidade de dois processos contraditórios, de um lado a produção e do outro a realização de uma população disposta a vender sua força de trabalho, mostrando o caráter cíclico do processo de acumulação de capital: expansão e contração de capital.

Para Carcanholo:

A crise nada mais é do que a conseqüência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital (CARCANHOLO, 1997).

A tendência declinante da taxa de lucro oferece um panorama geral o desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento do modo de produção leva os capitalistas tentarem manter ou aumentar seus lucros, através da conquista de novos mercados e/ou procurando diminuindo seus custos de produção, condicionado aos movimentos do exército industrial de reserva. Dessa forma, para Marx:

[...] uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação [...] essa superpopulação torna-se, por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência (*Existenzbedingung*) do modo de produção capitalista (MARX, 1984a, p. 200; MARX, 1968, p. 661).

O volume da acumulação depende do grau da exploração da força de trabalho, da força produtiva do trabalho social e do conjunto de trabalhadores empregados sob estas condições. O desenvolvimento tecnológico faz com que aumente a composição orgânica do capital, uma relação entre capital constante e capital variável. Essa substituição de trabalho “vivo” por trabalho “morto”, ou seja, trabalhadores por máquinas, levam uma *tendência* ao modo de produção capitalista a decrescer sua taxa de lucro³.

³ As variáveis-chaves do modelo de reprodução de Marx são: taxa de mais-valia ou taxa de exploração da força de trabalho (e) é uma relação entre mais-valia (mv) e capital variável (v); composição orgânica do capital (P) ou concorrência entre capitalistas é uma relação entre capital constante (c) e capital variável (v); taxa de lucro (L) é uma relação entre mais-valia (mv) e capital total(C). Assim, temos que a taxa de lucro é uma função inversa da composição orgânica e uma relação direta da taxa de mais-valia.

A crise econômica tem importância fundamental para a recuperação econômica do sistema. A crise destrói a abundância de capital para recomeçar um novo processo de acumulação. A taxa de lucro volta a crescer proporcionando mais investimentos reiniciando o ciclo. Para Marx, o investimento é rentável desde que ele produza mais-valia e desde que a mais-valia possa ser realizada. O momento abrupto para que a produção capitalista possa superar seus limites de acumulação é a crise. Assim, segundo Souza:

A superprodução de capital é o momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapassa as necessidades de valorização do capital. E, como o capital é uma relação de produção e exploração, a superprodução é o momento em que as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção capitalistas. Nas crises, ao destruir forças produtivas, o capital busca contê-las dentro dos limites adequados a si próprio, impondo sua lei férrea de valorização (SOUZA, 1992, p. 48).

A teoria do valor de Marx consiste em investigar as leis internas do processo de acumulação e valorização do capital na sociedade capitalista. A análise do modo de produção capitalista, a convergência entre o econômico e o político, da acumulação e a coerção, recuperação e crise, é procurar entender as ligações do movimento do capital. A crise é o momento onde todas as relações de classe são questionadas como tal. Assim, a luta de classes que se colocam ao longo do processo de acumulação do capital modifica de forma dialética durante seu percurso de expansão e retração. Essas lutam só podem se encontrar na base material da acumulação.

Neste contexto, Hirsch (1977) defende que a crise econômica cíclica permite uma reorganização periódica de classes. No momento que a queda da taxa de lucro se realiza de modo manifesto, a classe dominante será obrigada a atacar frontalmente as condições de vida e de trabalho dos explorados. Para Hirsch (1977) “as crises econômicas, longe de serem momentos de desarticulação (disfuncional) do sistema econômico, é sob certo ângulo (são) necessárias à sobrevivência e a reprodução mesma do capitalismo.”

Dessa forma, o Estado é questionado levando ao reforço dos aparelhos ideológicos combinados com repressão violenta. A crise torna-se uma importante estratégia burguesa que renova e legitima sua hegemonia como “bloco do poder”. A burguesia não é uma classe politicamente homogênea e é por isso que as frações de classes dominantes que constituem o “bloco do poder” são marcadas por contradições internas e por relações de hegemonia. A fração hegemônica exerce um papel importante sobre a reprodução social.

A própria contradição da expansão do capital na sua base material, leva o Estado a garantir determinadas exigências a classe trabalhadora. Como diz Hirsch (1977) de “integrá-los e transformá-los” dentro do sistema. Se a classe dominante tivesse que usar apenas a repressão teríamos um Estado de guerra civil permanente. Para Hirsch:

A constante mobilização necessária à burguesia, das tendências que se opõem a queda da taxa de lucro significa, na verdade sempre uma modificação de um conjunto complexo de condições de exploração econômica, técnicas e políticas, e mostra que o processo de acumulação do capital enquanto processo de luta de classes é sempre político, mediatizado pelo modo de funcionamento do aparelho de dominação burguês. O Estado, enquanto instrumento que permite assegurar a dominação política da burguesia, é um meio fundamental para a reorganização permanente das condições de exploração. Mas ao mesmo tempo, seu modo de funcionamento é, por esta razão, determinado pelas contradições e relações de forças entre as classes em luta (HIRSCH, 1977, p. 98).

Hirsch defende que essas ideologias legitimam a neutralidade política do Estado, acima das classes, onde a teoria pluralista e corporativista ganham defesas de seus ideólogos, mas ao mesmo tempo ocultando as relações de classe na essência do modo de produção capitalista. É na esfera da circulação - ascensão da economia dos mercados - que a teoria neoclássica consagrou a teoria do valor utilidade e sua aparência de troca de iguais que buscam satisfazer os prazeres individuais das pessoas. Com ela nascem as ideologias de liberdade e igualdade política e o conceito burguês de democracia, ocultando todo o processo de exploração dos trabalhadores na esfera de produção. Os pontos defendidos por Friedman que liberdade política só é conseguida por liberdade econômica através dos mercados colocam as ideologias no centro da sociedade capitalista.

As relações entre o Estado e a sociedade são ocultadas, sobretudo pela lei do fetichismo da mercadoria, que ocultam o papel classista da superestrutura estatal. A força de trabalho que é trocada com os capitalistas por salários deve ser fetichizada. Excluir a idéia de que o trabalho abstrato criador de valor na sociedade burguesa e dar uma possível aparência harmônica de classes, através da democracia, são o papel do Estado. A violência é usada quando a classe explorada começa a reivindicar maior parte da riqueza social.

Esta aparente neutralidade política, as condições de igualdade de classe no jogo político e o Estado neutro, são colocados em choque quando o modo de produção capitalista entra em seu processo de crise. Quando o sistema entra numa fase de recessão, o Estado entra em ação como a principal contratendência para manter o capitalismo numa aparente rota de tranqüilidade, não só usando seus aparelhos ideológicos, mas colocando em prática seu “monopólio da violência”.

III

Durante as fases periódicas do ciclo industrial, todo o trabalhador vê-se diante da agudez do modo de produção capitalista. A superpopulação relativa apresenta-se, segundo Marx, sob três formas principais: líquida, latente e estagnada.

A primeira forma analisada por Marx é a líquida ou fluente. Nesta forma, a superpopulação flui de acordo com as necessidades dos industriais no ciclo econômico. Nos centros industriais, os trabalhadores são repelidos ou atraídos sempre em menor escala produtiva conforme os momentos de crise ou prosperidade.

A forma latente acontece quando parte dos trabalhadores atingem a idade senil. Os braços cansados dos trabalhadores são trocados por novos braços joviais. Como diz Marx, a indústria “precisa de massas maiores de trabalhadores em idade jovem, de massas menores em idade adulta” (MARX, 1984a, p. 207). O consumo da força de trabalho pelo capital é tão rápida e voraz, que a duração do tempo de trabalho da grande indústria é mais curta do que as outras atividades.

A terceira forma descrita por Marx é a superpopulação estagnada. Essa forma apresenta-se como parte do exército industrial ativo, mas com ocupação totalmente irregular. “Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (MARX, 1984a, p. 208). Nestas condições, o trabalhador caracteriza-se pelos lastimáveis níveis de vida e com salários abaixo do nível médio. “Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a produção da redundância” (MARX, 1984a, p. 208).

E por último, Marx análise “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa”, o pauperismo. Essa forma degenerada é dividida em quatro segmentos. O primeiro são os trabalhadores aptos ao trabalho, mas que não conseguem mais emprego. A segunda forma são os órfãos e crianças indigentes que a qualquer momento podem ser absorvidos como mão de obra abundante. Tornam-se “candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade”.

A terceira forma do pauperismo são os degradados, maltrapilhos e trabalhadores combatidos. Para Marx, essa forma é formada por indivíduos que:

[...] sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 1984a, p. 209).

O pauperismo e todas suas formas degeneradas constituem uma condição de existência do modo de produção capitalista. Assim, quanto mais desenvolvida a produção capitalista, maior a

grandeza absoluta de trabalhadores miseráveis. Como diz Marx, “essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista”. O pauperismo é produto da acumulação capitalista.

A última forma do pauperismo é o lumpemproletariado, constituído por vagabundos, delinquentes e a marginalia da sociedade.

Diante das formas do pauperismo descrita por Marx, Santos (2006) observa que Marx ao analisar a pobreza da classe trabalhadora provocada pela lei geral da acumulação capitalista colocava no centro da questão a conjuntura e a dinâmica contraditória do capitalismo. Os efeitos deletérios do aumento da composição orgânica do capital são evidentes para a classe trabalhadora, mas isso não torna condição *sine quo no* para a destruição do capitalismo. Santos ressalta que o “o pauperismo do século XIX passou a ser visto como produto da sociedade capitalista, tido antes como reminiscência do feudalismo” (SANTOS, 2006, p. 115).

Alguns autores como, por exemplo, Pereira (1987), a lei geral da acumulação capitalista escrito por Marx seria a lei da derrocada final do capitalismo. Para ele, “Marx previu a derrocada do sistema capitalista” (PEREIRA, 1987, p. 24). Numa visão contrária de Pereira, a posição defendida por Santos, é que a derrocada do sistema capitalista não “vêm automaticamente ligada ao empobrecimento absoluto dos trabalhadores”. Para Santos:

A mesma linha de argumentação usada para as crises econômicas deve ser aplicada à “questão social”: pauperismo, no limite, gera revolta, motins, mas não revolução. A pobreza absoluta do proletariado, dependendo das condições objetivas e subjetivas de uma formação sócio-econômica, pode ser um dos elementos detonadores da revolução, mas não a causa fundante, determinante (SANTOS, 2006, p. 116)

Marx relata que o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista leva uma modificação da composição orgânica do capital. Isso acontece porque parte do capital investido na produção, reduz a parte destinada a compra de força de trabalho. Assim, mesmo que o capital global investido na produção reduza durante os ciclos de acumulação, a parte variável do capital é reduzida em relação à parte constante. A consequência imediata disso é a redução do número de trabalhadores industriais no processo de produção global.

É importante ressaltar que o processo de valorização do capital ajusta-se, permanentemente, os números do exército industrial de reserva. Para o capitalista, a condição necessária para a contínua acumulação de capital é a existência de braços fortes, livres e capazes de se deslocarem para o chão da fábrica. “A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria” (MARX, 1984a, p. 210).

Referências Bibliográficas

- CARCANHOLO, Marcelo. Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno da crise. **Leituras de Economia Política**. Campinas: IE/Unicamp, n. 5, 1997.
- COGOY, Mario; SWEEZY, Paul. **Teoria da acumulação capitalista**. Porto: Publicações Escorpião, 1977.
- JEVONS, Stanley. **A teoria da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HIRSCH, Joachim. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **Das Kapital**. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich: Werke (Band 23). Berlin: Dietz Verlag, 1968.
- _____. **O Capital**. Vol. I, Tomo 1. São, Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O Capital**. Vol. I, Tomo 2. São, Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- _____. **O Capital**. Vol. III, Tomo 1. São, Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- PEREIRA, Luiz Bresser. **Lucro, acumulação e crise**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIBEIRO, Nelson. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. In: RIBEIRO, Elivan (org.). **Globalização, competitividade e crises**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.
- SANTOS, Rodrigo Castelo Branco. **A "questão social" na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- SOUZA, Nilson Araújo de. **Teoria marxista das crises**. Campo Grande: UFMS, 1992.
- VALENTEI, D. **A Teoria da população**. Moscovo: Edições Progresso, 1987.